



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1003840-25.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Paolla Ferreira Luiz e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

Trata-se de ação de caráter voluntário em que a parte autora, composta por menores, representadas por sua genitora, solicita expedição de alvará judicial para levantamento de valores depositados na Caixa Econômica Federal, a título de verba alimentícia, referente ao FGTS de seu genitor, após a rescisão de seu contrato de trabalho.

Concedo os benefícios da justiça gratuita. Anote-se.

No caso dos autos, a existência de valores a serem recebidos foi comprovada, e a parte autora comprovou ser beneficiária dos valores depositados a título de pensão alimentícia na conta vinculada ao FGTS.

Acolho o pedido, **AUTORIZANDO** as autoras **Paolla Ferreira Luiz e Giovanna Ferreira Luiz, menores, representadas pela genitora Sonia Maria Ferreira, CPF nº 389.184.288-04**, a proceder, junto aos órgãos competentes e instituições bancárias, o levantamento dos valores depositados a título de pensão alimentícia na conta vinculada ao FGTS de Carlos Eduardo Luiz, CPF nº 354.154.868-10.

Em consequência, julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Sem custas, tendo em vista a concessão dos benefícios da justiça gratuita. Sem condenação em honorários de sucumbência, em razão do caráter voluntário da ação.

Ausente qualquer interesse recursal (art. 1.000 do CPC), **fica anotado o trânsito em julgado**, ocorrido na data de prolação desta sentença, **dispensado o lançamento de certidão pelo cartório**.

Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

Após a expedição de alvará, remetam-se ao arquivo.

P. I.C.

São Carlos, 22 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**